

Dívida externa

Credores externos emitem outro sinal de confiança

A formalização do empréstimo-ponte de US\$ 500 milhões ao Brasil, que teve a significativa adesão do governo norte-americano — vai participar com 50% do total que será emprestado —, reveste-se da mais alta relevância. Afinal, no espaço de uma semana, esse é o segundo e importante sinal emitido pela comunidade financeira internacional de confiança no País.

O primeiro havia sido dado no último dia 12, quando o Eximbank, a agência oficial dos Estados Unidos que financia as exportações, e a sua associada na área de seguros, a Foreign Credit Insurance Association (FCIA), restabeleceram as linhas de crédito de médio e longo prazo às exportações brasileiras, suspensas desde a decretação da moratória, e que podem chegar a US\$ 300 milhões ao ano.

Essas duas salutares medidas mostram, de forma inequívoca, que estão sendo desarmadas as resistências que os governos e os banqueiros dos países credores vinharam mantendo para que o Brasil voltasse a ser um importador de capitais, restabelecendo as suas

relações com o mercado financeiro internacional. Isso se deve, sem dúvida, ao paciente trabalho de remontagem da abalada imagem do País no cenário mundial, resultante da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. E nesse jogo mais um lance foi vencido. O governo da Alemanha Ocidental, que se mostrava reticente e em participar do empréstimo-ponte, comunicou a sua decisão de contribuir com parte dos US\$ 500 milhões e apoiar o Brasil nas negociações com o Clube de Paris, que devem ter início no próximo dia 28.

É necessário ressaltar também que, além do moroso recolhimento dos estilhaços deixados pela moratória — tarefa, diga-se, que vem sendo conduzida com habilidade pelo ministro Mailson Ferreira da Nóbrega —, tem-se mostrado decisivo o papel do governo norte-americano para a completa normalização das relações brasileiras com o resto do mundo. No próprio comunicado divulgado pelo Departamento de Estado, é enfatizado o forte apoio dos Estados Unidos “aos esforços de reforma econômica do Brasil e

ao plano de financiamento para 1983/89, em cooperação com a comunidade financeira internacional”.

O anúncio da formalização do empréstimo-ponte deixa mais transparentes as possibilidades de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no próximo dia 26. Com isso, uma nova carga de pressão será imposta aos bancos que ainda relutam em aderir ao empréstimo de US\$ 5,2 bilhões que faz parte do pacote de refinanciamento da dívida externa brasileira.

Dois dias depois do FMI, será a vez de se sentar à mesa com os representantes do Clube de Paris. Salvo desvios de percurso de última hora, hoje existe uma firme disposição dos governos de países credores como os Estados Unidos, a Inglaterra, a França a Alemanha Ocidental e o Canadá, entre outros, em levar a bom termo as negociações do Clube com o Brasil.

Essa última etapa, a do próximo dia 28, é de extrema importância. Com a moratória — é importante salientar que era a única opção do governo naquele momento,

em razão do nível de reservas e do quadro geral da economia —, o Brasil foi alijado do mercado financeiro internacional. Governos e bancos privados fecharam as suas carteiras de crédito, que, agora, começam a ser reabertas.

Esse processo ficará mais ágil com o fechamento de um acordo com o Clube de Paris. Embora já se espere que as negociações sejam árduas, delas dependem não só a entrada de dinheiro novo como também o financiamento de novos projetos no País. Um aceno nesse sentido foi feito, no último dia 19, pelo ministro de Economia e Finanças da França, Pierre Bérégovoy, em encontro com o ministro da Fazenda do Brasil. Some-se a isso a necessidade que o País tem de capitais externos para manter o seu crescimento. Como já dissemos em editoriais anteriores, é declinante a taxa de investimentos do setor público na economia — foi de 8,6% no ano passado, bem abaixo da média da década de 70, que girava ao redor de 13%. E o setor privado nacional não consegue, sozinho, segurar a taxa de formação bruta de capital fixo do País.